



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 17/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1021/2010 (19 Volumes).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas.
- 3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.
- 4- Exercício:** 2009.
- 5- Responsável:** Sr. Jair Aguiar Souto, Prefeito do Município de Manaquiri e Ordenador de despesas, à época.
- 6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 243/2015 (fls. 3762/3763).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 687/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 3764/3766).
- 8- Conselheira-Relatora:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2009.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
Aprovação das Contas.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que adotou em sessão o Voto-Vista do Conselheiro Ai Jorge Moutinho da Costa Júnior, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:**

EMITE PARECER PRÉVIO pela **APROVAÇÃO** das Contas da **Prefeitura do Município de Manaquiri**, referente ao exercício de 2009, gestão do Sr. **Jair Aguiar Souto**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

- 10- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- Data da Sessão:** 05 de abril de 2016.
- 12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 17/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 9B1F-2308-FF2D6140-C1A2357E-5E64FC49



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 17/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 1021/2010 (19 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manaquiri.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Sr. Jair Aguiar Souto, Prefeito do Município de Manaquiri e Ordenador de despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 243/2015 (fls. 3762/3763).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 687/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 3764/3766).

8- Conselheira-Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2009.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Recomendação à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do **voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que adotou em sessão o Voto-Vista do Conselheiro Ai Jorge Moutinho da Costa Júnior, em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas do **Prefeito do Município de Manaquiri**, referente ao exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. **Jair Aguiar Souto**, na condição de Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos art. 18, II, da LC nº 6/1991, c/c o art. 1º, II, art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996 e art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/2002;

9.2- Aplicar multa ao Sr. **Jair Aguiar Souto**, Prefeito Municipal de Manaquiri no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), referentes a 5% do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei nº. 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM n.º 25/2012, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, pelas impropriedades constantes nos itens 3, 4 e 5 deste voto.

9.3- Recomendar ao órgão de origem:

9.3.1- o cumprimento dos prazos previstos nas normas desta Corte de Contas, bem como os dispositivos da Resolução nº 07/2002-TCE/AM, ciente que as reincidências ensejarão em sanções cabíveis, nos termos do art.188 §1º, III, “e”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.3.2- a estrita observância das normas dispostas na Lei nº 8.666/93, estando ciente que a reincidência nas impropriedades ensejarão na irregularidade de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 17/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

contas referentes a exercícios seguinte, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, nos termos do art.188 §1º, III, “e”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral